

## Apresentação do dossiê

### **Espaço rural, populações tradicionais e políticas de Estado (séculos XIX-XXI)**

Desde meados do século XIX, a modernização da agricultura, do mundo rural e de seus sujeitos atuantes (trabalhadores, produtores e agregados) foi debatida em diversos países da América Latina como estratégia para consolidação do Estado nacional, com ênfase numa ideia de progresso associada a expansão da produção de matérias-primas, fosse para exportação ou abastecimento interno. A apropriação de novas terras, o desenvolvimento de culturas de exportação e a reorganização dos mundos do trabalho foram muito importantes nesse contexto para implantação de um novo modelo de produção apoiado no setor primário, de *commodities* agroextrativas, nos países dessa região. Houve, então, uma ampliação das perspectivas e dinâmicas produtivas que ligavam o Estado, a ciência, a técnica e a economia rural como condutores de modernidade.

No Brasil, por exemplo, tais ideais ganharam destaque com a Primeira República (1889-1930), cujas elites políticas, guiadas pelo Positivismo, nutriram o desejo de construção de uma ética de trabalho apta a regenerar e disciplinar homens e mulheres considerados inferiores, identificados como personagens não produtivos: o trabalhador analfabeto, o caboclo enfermo, o imigrante pobre, o pequeno agricultor sem instrução técnica, o “selvícola” etc. Tais concepções seriam readaptadas no

período nacional-desenvolvimentista (1930-1960), especialmente durante o Regime Vargas (1930-1945), com a defesa de instrução para trabalhadores rurais, com base em mecanismos científicos, para que eles passassem a ser identificados com a figura de um novo tipo de agricultor que utilizava métodos racionais, impulsando-se, assim, a ideia de uma “agricultura progressista”. Ao mesmo tempo, os povos indígenas foram incluídos nessa lógica, uma vez que a ideia de assistência e nacionalização, implantada por agências governamentais como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), perpassava um processo pedagógico e de redefinição de territorialidades que transformariam os “selvícolas” em trabalhadores nacionais rurais, destituídos de suas identidades étnicas e incluídos genericamente na sociedade brasileira encapsulante.

Assim, em várias políticas estatais nacionais, nota-se uma forte crença na ciência e na tecnologia como redentoras da pobreza e da herança cultural mestiça do Brasil, bem como de outras nações latino-americanas, vistas como desviantes do progresso nacional. Por isso, havia o desejo de branquear o campo, e por extensão a própria nação, impulsionando ideias higienistas e eugenistas que estimulavam a imigração europeia (alemã e italiana, principalmente), tanto para se evitar novas complicações étnicas quanto para tornar a produção agrícola mais eficaz.

Interessados nestas e outras questões que envolvem aspectos do mundo rural, este dossiê procurou agregar diferentes estudos sobre o espaço rural no Brasil, em especial, e nas Américas, de modo a abarcar uma grande diversidade regional e de temporalidades, bem como as relações e projeções do Estado-nação sobre tais espaços e suas gentes. Composto por 18 artigos de autores brasileiros e latino-americanos, temos um rico conjunto de trabalhos que discorrem sobre educação rural, disputas de terras, movimento trabalhista, resistências quilombolas e

indígenas, os impactos da exploração desordenada dos espaços rurais no meio ambiente, entre outros.

No que se refere a educação rural, abrimos o dossiê com o artigo de Adriana Cunha e Carolina da Cunha Rocha, *Educação rural em cheque: dinâmicas de ação entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde Pública acerca da política educacional rural brasileira (1930-1960)*, que analisa as políticas de educação rural no Brasil entre 1930 e 1960, destacando as disputas políticas, burocráticas e ideológicas entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde Pública na condução de diferentes projetos educacionais para o setor rural. Em *Acción Cultural Popular – ACPO 1947-1974: Un vínculo entre los intereses del Estado, la Iglesia y las agencias internacionales para la educación de los campesinos*, Sara Urrea Quintero apresenta a Ação Cultural Popular (ACPO), uma proposta educacional de rádio voltada para camponeses na Colômbia, destacando seu sucesso ao alinhar os interesses da Igreja, Estado e agências internacionais, e sua influência na educação radiofônica na América Latina. Em seguida, Rejanne do Carmo Ramos e Gilmário Moreira Brito, em *A história da educação rural: um balanço a partir das teses e dissertações no Brasil (2018-2023)*, fazem um balanço da literatura sobre História da Educação Rural produzida entre 2018 e 2023, analisando tendências, lacunas e desafios desse campo de estudo.

No segundo bloco, temos os trabalhos que abordam os movimentos e lutas dos trabalhadores do campo. Em *A construção da representação política dos assalariados rurais: do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR)*, Filipe Tavares analisa a construção da identidade política dos trabalhadores rurais assalariados no Brasil desde o século XX, questionando a homogeneidade dessa categoria e explorando as disputas por sua representação. Em seguida, Maria de Lourdes Andrade dos Santos e Francisco

Gleison Monteiro, em *Flagelo e sobrevivência: a luta dos trabalhadores nas obras do DNOCS durante as secas no Piauí (1940-1950)*, examinam as condições precárias dos "cassacos" nas frentes de serviço do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, destacando a exploração, a solidariedade e os impactos sociais e econômicos de suas ações no estado do Piauí. Em *Modernização do espaço rural na região cacauzeira: manejo do cacau e condições dos trabalhadores (1940-1990)*, Jaciane da Cruz, Filipe França e Thiago Mantuano estudam as transformações no manejo do cacau no sul da Bahia (1940-1990), destacando o impacto da modernização agrícola nas condições de trabalho e na organização social.

As questões relativas ao tratamento dispensado aos grupos quilombolas e indígenas pelo estado brasileiro e as resistências destes grupos frente ao domínio sobre suas terras e modos de produção encontram-se presentes em vários artigos que compõem o dossiê. Começamos com *As comunidades quilombolas Invernada dos Negros/SC e Mormaça/RS: a resistência do campesinato negro no território e as políticas de modernização da agricultura (séculos XIX ao XX)*, no qual Eliane Taffarel e Émerson da Silva Neves examinam a história dos quilombos de Invernada dos Negros/SC e de Mormaça/RS, destacando o uso comum das terras, a expropriação territorial e as mudanças provocadas pela colonização europeia e a modernização agrícola. Em seguida, *Nas tramas da resiliência e da luta por direitos territoriais: planejamento territorial e aquilombamento no Brasil (1998-2023)*, de Mariana Mendonça, Lidiane Maciel e Fabiana Amaral e Silva, analisa a resistência dos quilombos no Brasil em contraste com o Planejamento Territorial, destacando sua marginalização nos debates e políticas públicas, exemplificado pelo caso de Ubatuba/SP entre 1988 e 2023. Já *Terra, trabalho e resistência em contexto "agonístico": o caso de uma Comunidade Quilombola no Pará*, de Raimunda Conceição Sodré, investiga a trajetória de luta por acesso e permanência na terra dos descendentes de africanos da diáspora na Amazônia, com foco nos remanescentes de quilombo da comunidade de Narcisa (PA), utilizando

relatos orais, entrevistas e observação participante para tratar de suas histórias, saberes e sentidos.

Por sua vez, o artigo *Cultivar a terra: saberes e práticas da roça entre mulheres do quilombo Itamoari, Pará*, de Márcia do Carmo Sousa, Vanderlúcia Ponte e Roseane Pinto Lima, investiga os saberes e práticas negro-indígenas na produção das roças na comunidade quilombola Itamoari, no Pará, evidenciando a interação com os indígenas Tembé e o papel das mulheres quilombolas no cultivo e manejo dos recursos naturais. Em seguida, o texto *A institucionalização de um órgão de “proteção” na Primeira República brasileira: o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)*, de Helena Azevedo de Almeida, analisa o processo de criação do Serviço de Proteção ao Índio (1910) na Primeira República, destacando seu papel na assimilação forçada e invisibilização cultural dos povos indígenas, com base em decretos e diálogos com estudos de referência na área.

Os conflitos pela posse de terras são tema de dois artigos. *As continuidades na ruptura durante a aplicação da Lei de Terras de 1850 pela Diretoria da Agricultura (1873-1889)*, de Pedro Parga Rodrigues, que examina a aplicação da Lei de Terras de 1850 entre os anos de 1873 e 1889, destacando continuidades com as lógicas possessórias coloniais e situando-a como parte do processo de individualização das propriedades iniciado no período pombalino, sem aderir à tese de seu fracasso. Já em *Conflito de terras no Pará: um estudo sobre propriedade, lei e costumes*, Mickael Ruan Menezes e Francivaldo Nunes analisam processos judiciais do século XIX no Pará para discutir os conflitos sobre a posse e propriedade de terras, ressaltando como essas questões históricas se refletem na construção espacial e na justiça no Brasil.

No penúltimo bloco temos três artigos que procuram discutir a modernização agrária, o impacto da exploração tecnocientífica do campo e os conflitos e problemáticas socioambientais decorrentes disso. Danilo Lemos Menezes e Lucicléia

Teixeira Lins, em *Granja São Rafael: uma fazenda estatal experimental no contexto de modernização agrícola da Paraíba (1922-1960)*, narram a história da instituição, destacando seu papel na modernização agrícola da Paraíba e suas interações com os sistemas agrários e urbanos, utilizando abordagens interdisciplinares para análise de espaços e agroecossistemas. Em seguida, *Impactos do pacote tecnológico da Revolução Verde na agricultura de Soledade-RS (1960-1990)*, Márcio Comin investiga os efeitos socioambientais da Revolução Verde em Soledade/RS, entre as décadas de 1960 e 1990, pondo em evidência a dinamização do comércio local, os danos ambientais e à saúde, e as mudanças na mentalidade dos agricultores, com base em fontes diversas. Por fim, em *Estratégias de alternativas sustentáveis agrícolas na comunidade de Cajupary, em São Luís (MA)*, de Luciana Oliveira, Luciano Penha, Fabiana Cantanhede e Charles dos Santos, analisa as práticas agrícolas sustentáveis da comunidade Cajupary, em São Luís/MA, abordando aspectos como irrigação, adubação, compostagem, uso de agrotóxicos e comercialização de produtos.

No último bloco do dossiê, apresentamos algumas experiências agrárias no continente americano, de modo a se observar aspectos transnacionais na discussão temática aqui proposta. O artigo *Um século de progresso (1862-1962): a construção da memória sobre a transformação da agricultura norte-americana*, de Leonardo Ribeiro Gomes, discute como, nos anos 1960, foram reavivadas as medidas do Congresso de 1862 para transformar a agricultura dos EUA, utilizando essa atualização como uma forma de projetar o americanismo frente ao socialismo soviético, especialmente na América Latina. Por fim, temos a honra de encerrar o dossiê com o relevante trabalho *La Belga Americana S.A. Tierras y Colonias: una inversión de Bunge & Born en el Noroeste Argentino, 1906-1937*, da prestigiada investigadora argentina, doutora *honoris causa* pelas universidades de Pau et des Pays de L'Adour (França) e da Nacional de San Juan (Argentina), Noemí Girbal-Blacha, que investiga a trajetória da empresa *La Belga Americana S.A.*, do grupo Bunge e Born, com o objetivo de entender

a diversificação estratégica de investimentos com fins florestais desse importante grupo econômico no contexto da expansão de *commodities* argentinas nas primeiras décadas do século XX, especialmente na região do *chaco salteño*.

Além dos artigos que compõem o dossiê, a revista também agrega textos de temática livre que, de modo mais transversal e abrangente, enriquecem o debate historiográfico nos mais diversos campos de conhecimento. A seção para este número da revista é composta por 5 artigos apresentados em seguida. O primeiro deles, *Sinagogas: o espaço religioso e a formação da identidade judaica amazônica no início do século XX*, de Andrius Estevam Noronha, Eneida Borges de Sá e Marcos Vinícius Reis, explora a formação da identidade judaica na Amazônia por meio da criação de sinagogas e do jornal *Kol Israel*, destacando a presença ativa dos imigrantes judeus marroquinos e seus descendentes no Pará e na sociedade amazônica no início do século XX. Francilene Soares e Luiz Henrique Garcia, em *Lei Robin Hood em Minas Gerais: a distribuição do ICMS no critério patrimônio cultural aos municípios*, examinam a Lei Robin Hood de Minas Gerais, que visa redistribuir recursos do ICMS entre municípios, enfocando os critérios de pontuação para o patrimônio cultural definidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG).

Já em *A construção da memória de espaços: Montes Claros apresentada pelas capas da Coleção Sesquicentenária*, Rejane Meireles discute como o conceito de cidade é representado nas fotografias das capas da Coleção Sesquicentenária, que reúne obras sobre Montes Claros (MG), destacando uma memória de cidade progressista. No artigo *Um distinto brasileiro: a trajetória de José Albano, o Barão de Aratanha*, de Alexandre Barbalho e Alisson Freitas, investiga a trajetória de José Francisco da Silva Albano, o Barão de Aratanha, para compreender os processos de distinção social e de enobrecimento na província do Ceará no século XIX. Por fim, *O conflito armado no*

*cinema peruano*, de Ana Daniela de Souza, apresenta uma análise fílmica buscando compreender como essas narrativas revelam os dilemas do passado e suas repercussões e usos políticos no presente, destacando a política cultural do cinema em relação à guerra interna.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer a *Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS* pela oportunidade de organizar este dossiê temático e contribuir com novos olhares sobre temas historiográficos tão relevantes, mas que ainda carecem de maior espaço em âmbito acadêmico, tais como a trajetória da educação rural no país, a modernização agrícola, as transformações tecnocientíficas na agricultura e seus impactos na sociedade rural e no meio ambiente, autorizando, assim, a difusão de uma nova historiografia mais sensível e atenta para temas sobre acesso à terra, sustentabilidade, justiça social e inclusão produtiva. Estendemos os agradecimentos a todos as autoras e autores que tornaram possível a publicação deste dossiê, permitindo ampliar os debates em torno das questões que, no passado e no presente, mobilizaram o mundo rural e seus diversos atores.

Findamos a atividade editorial lembrando os sábios versos de Cora Coralina: “a estrada da vida pode ser larga e áspera, mas vamos caminhando e cantando com as mãos cheias de sementes”.

Desejamos a todos um Feliz 2025 farto de colheitas!

*Carolina da Cunha Rocha*

*Adriana Mendonça Cunha*

*Benedito Emílio da Silva Ribeiro*